



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Curso de Mestrado em Direito e prática jurídica
Especialidade de Direito administrativo e Administração pública

Unidade curricular

Direito Administrativo dos Bens

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Gouveia e Freitas Martins / 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da disciplina consiste em proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos essenciais para a sua formação académica e actividade profissional no âmbito do direito administrativo dos bens, num domínio de importância nuclear em que a dispersão legislativa e a ausência de obras doutrinárias que sistematizem globalmente a matéria suscitam sérias dificuldades de apreensão do próprio quadro legal vigente, pelo que constitui uma disciplina em que a orientação do estudo se afigura essencial para que os interessados em pesquisar e trabalhar nesta área possam estar aptos a lidar com as principais questões jurídicas suscitadas e as construções dogmáticas mais recentes, fornecendo-lhes um quadro teórico de referência com uma forte componente prática.

Conteúdos programáticos

Capítulo I Introdução ao Direito Administrativo dos Bens

1. Conceito de Direito Administrativo dos Bens
2. Os Bens Públicos e os Direitos Reais Administrativos

Capítulo II Domínio Público

Secção I

Fundamento, Composição, Classificações e Titularidade do Domínio Público

1. Fundamentos e critérios da dominialidade pública
2. Composição do domínio público
3. As classificações do domínio público
4. A titularidade do domínio público

Secção II

Início e Cessação da Dominialidade

1. A incorporação dos bens na dominialidade pública
2. A classificação constitucional e legal dos bens do domínio público
3. A classificação administrativa
4. A afetação como critério da dominialidade pública
5. A extinção da dominialidade

Secção III

Utilização do Domínio Público



1. A utilização pela Administração
2. A utilização pelos particulares

Secção IV

Proteção e Conservação do Domínio Público

1. O princípio da inalienabilidade
2. O princípio da imprescritibilidade
3. O princípio da impenhorabilidade
4. A polícia de proteção
5. A proteção penal e contraordenacional

Secção V

Domínio Público em Especial

1. Domínio público hídrico
2. Domínio público cultural

Capítulo III Domínio Privado Administrativizado

Secção I

Conceito, Fundamento e Composição do Domínio Privado Administrativizado

1. Conceito de domínio privado administrativizado
2. As concessões sobre o domínio privado
3. Composição do domínio privado administrativizado
4. A titularidade do domínio privado administrativizado
5. Regime do domínio privado administrativizado

Secção II

Constituição do Domínio Privado Administrativizado

1. Objeto da constituição do domínio privado administrativizado
2. As finalidades da aquisição de bens
3. Modalidades de aquisição de bens
4. A repercussão das vicissitudes extintivas ou modificativas de pessoas coletivas sobre os bens
5. O registo dos bens do domínio privado administrativizado

Secção III

Gestão e Administração do Domínio Privado Administrativizado

1. Princípios específicos da gestão do domínio privado administrativizado
2. O domínio privado administrativizado e as políticas públicas setoriais
3. As formas contratuais de administração do domínio privado administrativizado
4. A utilização do domínio privado administrativizado por funcionários, agentes e servidores de entidades públicas
5. A valorização dos bens imateriais da Administração

Secção IV

Extinção do Domínio Privado Administrativizado

1. Regime da alienação do domínio privado administrativizado
2. O regime especial da usucapião de bens do Estado
3. A permuta de bens



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. A venda do património imobiliário público seguida de arrendamento à Administração
5. Modos extintivos de direito público do domínio privado administrativizado

Capítulo IV Expropriação por Utilidade Pública

1. Conceito e figuras afins da expropriação
2. A expropriação e as políticas de solos e de urbanismo
3. Objeto da expropriação
4. Limites ao exercício do poder expropriativo
5. A relação jurídica expropriativa
6. O procedimento administrativo expropriativo
7. O processo judicial
8. A justa indemnização
9. O direito de reversão

Capítulo V Obras Públicas

1. Conceito de obra pública
2. Obra pública e obra de utilidade pública
3. Obra pública, domínio público e domínio privado administrativizado
4. As obras de urbanização como modalidade de obras públicas
5. A execução das obras públicas
6. O princípio da intangibilidade da obra pública e as expropriações de facto

Capítulo VI Poderes da Administração Pública sobre Bens Privados

1. Fundamento dos poderes da Administração sobre os bens privados
2. Conceito, figuras afins e modos de constituição das servidões administrativas
3. Servidões administrativas em especial
4. Restrições de utilidade pública
5. Indemnização pela constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As temáticas integrantes do conteúdo programático são adequadas à prossecução dos objetivos subjacentes à presente unidade curricular ao disponibilizarem e fomentarem a divulgação e aprofundamento das questões e temáticas mais recentes do regime do Direito administrativo dos bens

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas serão teórico-práticas, implicando por isso, a par de uma exposição teórica inicial feita pela regente, a participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, serão disponibilizados os elementos bibliográficos e jurisprudenciais necessários ao acompanhamento da matéria para cada aula de modo a promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados. Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, elaborando sobre os mesmos trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo que serão posteriormente apresentados nas aulas e que poderão servir de base para a ulterior elaboração do relatório escrito. Serão ainda realizados debates nas aulas sobre os temas mais controversos e sensíveis relativos às matérias constantes do programa

. A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (25%);
- Relatório escrito, com o máximo de 30 páginas (25%);
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na exposição, aprofundamento e debate de temas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática e são aptas a lançar pistas de investigação para os alunos desenvolverem,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

preparando-os para a feitura da tese de mestrado

- a) A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- b) A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- c) Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar a dissertação de mestrado.

Bibliografia principal

Domínio público

AA.VV. Comentário ao Regime Jurídico do Património Imobiliário Público. Domínio Público e Domínio Privado da Administração, Coimbra, 2017.

AMARAL, Diogo Freitas do, A utilização do domínio público pelos particulares, Coimbra, 1965.

AMARAL, Diogo Freitas do, Classificação das coisas públicas, in Estudos de Direito Público, I, Coimbra, 2004, pp. 563-566.

ANDRADE, José Carlos Vieira de,, A classificação administrativa do domínio público municipal – Ac. do STA de 3.4.2008, P. 934/07, in CJA, n.º 78, 2009, pp. 60-72.

AZEVEDO, Bernardo, Linhas fundamentais por que se rege a disciplina jurídico normativa aplicável à constituição, gestão e extinção dos bens públicos, in Domínio público local, obra coletiva, Braga, 2006

BASTOS, Filipe Brito, A defesa administrativa do domínio público: contributo para o estudo dos atos administrativos de autonomia declarativa in rem, in Estudos de Direito Administrativo dos Bens, obra coletiva, Lisboa, 2015, pp. 57-258

CAETANO, Marcello, Manual de Direito Administrativo, II, 10.ª edição, 5.ª reimpressão, Coimbra, 1994, pp. 879-920

CANOTILHO, J.J. GOMES / MOREIRA, Vital, Constituição da República Portuguesa Anotada, I, 4.ª edição, Coimbra, 2007, pp. 1000-1007.

FERREIRA, Eduardo Paz, Domínio público e domínio privado da Região, in Estudos de Direito Regional, Lisboa, 1997, pp. 477-488.

FONSECA, Rui Guerra da, Comentário à Constituição Portuguesa, II, Coimbra, 2008, pp. 295-342.

GAUDEMET, Yves, Traité de Droit Administratif. Droit Administratif des biens, II, 15.ª edição, Paris, 2014,

IRELLI, Vincenzo Cerulli, Proprietá Pubblica e Diritti Collettivi, Pádua, 1983.

LOMBA, Pedro, Regiões Autónomas e transferência de competências sobre o domínio natural – Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 131/03, in JC, n.º 2, 2004, pp. 57-65.

MEDEIROS, Rui / TORRAL, Lino, Anotação ao artigo 84.º da CRP, in JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa Anotada, II, Coimbra, 2006, pp. 70-101

MONIZ, Ana Raquel, O domínio público. O critério e o regime jurídico da dominialidade, Coimbra, 2005.

MONIZ, Ana Raquel, Direito do Domínio Público, in Tratado de Direito Administrativo Especial, V, obra coletiva,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Coimbra, 2011, pp. 112-302.

MONIZ, Ana Raquel, A concessão de uso privativo do domínio público: um instrumento de dinamização dos bens dominiais, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, III, Coimbra, 2008, pp. 293-365;

MONIZ, Ana Raquel, Contrato Público e Domínio Público, in Estudos da Contratação Pública, I, obra coletiva, 2008, pp. 831-892;

PAÇÃO, Jorge, A afetação enquanto critério da dominialidade pública, in Estudos de Direito Administrativo dos Bens, Lisboa, 1995, pp. 259-301.

QUEIRÓ, Afonso / QUEIRÓ, José Gabriel, Propriedade pública e direitos reais de uso público no domínio da circulação urbana, in DJ, Vol. IX (2), 1995, pp. 231-283

YOLKA, PHILIPPE, La propriété publique. Éléments pour une théorie, Paris, 1997.

VAZ, Manuel Afonso, Anotação ao artigo 80.º da CRP, in JORGE MIRANDA / - RUI MEDEIROS, Constituição Portuguesa Anotada, II, Coimbra, 2006, pp. 9-15.

O domínio privado administrativizado

AA.VV. Comentário ao Regime Jurídico do Património Imobiliário Público. Domínio Público e Domínio Privado da Administração, Coimbra, 2017, pp. 195-265.

AZEVEDO, Bernardo, O domínio privado da Administração, in Tratado de Direito Administrativo Especial, III, obra coletiva, Coimbra, 2010, pp. 46-65

CAETANO, Marcello, Manual de Direito Administrativo, II, 10.ª edição, 5.ª reimpressão, Coimbra, 1994, pp. 960-983.

GAUDEMET, Yves, Traité de Droit Administratif. Droit Administratif des biens, II, 15.ª edição, Paris, 2014, pp. 363-395.

LIMA, Pires de / VARELA, Antunes, Código Civil Anotado, III, 2.ª edição, 1987, pp. 89-92.

MONTEIRO, Cláudio, O domínio da cidade. A propriedade à prova no Direito do Urbanismo, Lisboa, 2013, pp. 549-581.

Expropriação por utilidade pública

AMARAL, Diogo Freitas do, Direito do Urbanismo (sumários), Lisboa, 1993, pp. 85102. –

AMARAL, Maria Lúcia, Responsabilidade do Estado e dever de indemnizar do legislador, Coimbra, 1998, pp. 469-631.

ASCENSÃO, José de Oliveira, O urbanismo e o direito de propriedade, in Direito do Urbanismo, obra coletiva, Oeiras, 1989, pp. 319-344.

CALVÃO, Francisco / SILVA, Fernando Jorge, Código das Expropriações. Anotações e jurisprudência adaptadas ao novo Código de Processo Civil, Coimbra, 2013.

CORREIA, Fernando Alves, As garantias do particular na expropriação por utilidade pública, Coimbra, 1982;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CORREIA, Fernando Alves, O plano urbanístico e o princípio da igualdade, Coimbra, 1989, pp. 528-581;
- CORREIA, Fernando Alves, A jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre expropriações por utilidade pública e o Código das Expropriações de 1999, separata RLJ, Coimbra, 2000;
- CORREIA, Fernando Alves, Manual de Direito do Urbanismo, II, Coimbra, 2010, pp. 123-453.
- GOMES, José Osvaldo, Expropriações por utilidade pública, Lisboa, 1997. –
- MEDEIROS, Rui, Anotação ao artigo 62.º da CRP, in Constituição Portuguesa Anotada, I, 2.ª edição, Coimbra, 2010, pp. 1267-1279.
- MORAND-DEVILLER, Jacqueline, Droit Administratif des biens, 9.ª edição, Paris, 2016, pp. 395-622.

Obras públicas

- AUBY, Jean-Marie / BON, Pierre / AUBY, Jean-Bernard / TERNEYRE, Philippe, Droit Administratif des Biens, 7.ª edição, Paris, 2016, pp. 201-453.
- CAETANO, Marcello, Manual de Direito Administrativo, II, 10.ª edição, 5.ª reimpressão, Coimbra, 1994, pp. 1000-1012.
- CORREIA, Fernando Alves, Manual de Direito do Urbanismo, II, Coimbra, 2010, pp. 352-361. –
- COSTA, António Pereira da, Domínio público local e urbanismo, in Domínio público local, Braga, 2006, pp. 69-77.
- FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón, Las obras públicas, in RAP, n.ºs 100-102, 1983, pp. 2427-2469.
- GAUDEMET, Yves, Traité de Droit Administratif. Droit Administratif des biens, II, 15.ª edição, Paris, 2014, pp. 517-653.
- MELO, Pedro, O Direito das Obras Públicas, in Tratado de Direito Administrativo Especial, VI, obra coletiva, Coimbra, 2012, pp. 443-562.
- MIRANDA, João, A função pública urbanística e o seu exercício por particulares, Coimbra, 2012, pp. 219-226. -
- MORAND-DEVILLER, Jacqueline, Droit Administratif des biens, 9.ª edição, Paris, 2016, pp. 623-862.

Poderes da Administração Pública sobre os bens privados

- AZEVEDO, Bernardo, Servidão de direito público. Contributo para o seu estudo, Coimbra, 2005. –
- ASCENSÃO, José de Oliveira, Caminho público, atravessadouro e servidão de passagem, in OD, IV, ano 123.º, 1991, pp. 535-551.
- BARATA, José Fernando Nunes, Caminhos públicos, in DJAP, II, 2.ª edição, Lisboa, 1990, pp. 201-204. –
- CAETANO, Marcello, Direito de uso, servidões pessoais e usos cívicos, in ROA, 1952, n.ºs 3 e 4, pp. 19-33;
- CAETANO, Marcello, Manual de Direito Administrativo, II, 10.ª edição, 5.ª reimpressão, Coimbra, 1994, pp. 1050-1064.
- CORREIA, Fernando Alves, Propriedade de bens culturais – restrições de utilidade pública, expropriações e servidões



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

administrativas, in Direito do Património Cultural, obra coletiva, Oeiras, 1996, pp. 393-418. ;

CORREIA, Fernando Alves, Manual de Direito do Urbanismo, I, 4.ª edição, Coimbra, 2008, pp. 263-343. –

CORREIA, Sérvulo, Procedimento de classificação de bens culturais, in Direito do Património Cultural, Oeiras, 1996, pp. 329-353.

COSTA, António Pereira da, Servidões administrativas (outras restrições de utilidade pública), Porto, 1992.

IRELLI, Vincenzo Cerulli, Uso pubblico, in ED, XLV, pp. 953-975

MARTINS, António Carvalho, Caminhos públicos e atravessadouros, 3.ª edição, Coimbra, 1999.